



POR UMA CARTOGRAFIA NOTURNA: ESCREVER A HISTÓRIA DOS TERRITÓRIOS QUE NÃO CABEM NO MAPA

FOR A NOCTURNAL CARTOGRAPHY: WRITING THE STORY OF TERRITORIES THAT DON'T FIT ON THE MAP

Philippe Urvoy*

Resumo

Desde o século XIX, uma ciência do espaço foi remanejando, incessantemente, as paisagens urbanas e os territórios para racionalizá-los de acordo com as necessidades econômicas. O urbanismo surgiu no início de sua história como um discurso de verdade que, para poder modelar e uniformizar o espaço, tentou sistematicamente higienizá-lo, eliminando os elementos considerados indesejáveis, ora rejeitando as populações mais pobres para fora dos centros ora reduzindo ao silêncio outras formas de pensar e ocupar o espaço. No entanto, outras formas de vida urbana não pararam de emergir – entre as linhas do desenho planejado – reocupando os espaços vazios logo após cada reintegração de posse. Desde essa época, a cidade é o palco de conflitos e lutas tendo por objeto diversas formas de ocupar o espaço e se relacionar com o território. No entanto, a cartografia moderna, que se impôs como modo oficial de representação espacial nunca procurou evidenciar tais conflitos e contradições, preferindo buscar – seguindo os preceitos do urbanismo – uma homogeneização e simplificação do espaço. Inspirando-se em experiências recentes em termo da produção coletiva do conhecimento, segundo a ideia da copesquisa, o presente texto interroga a possibilidade de uma cartografia, escrita a varias mãos, capaz de delinear a história desta dimensão política do espaço, esta outra urbanidade, silenciada, sistematicamente rejeitada nos cantos de sombra do mapa.

Palavras-chave: Cartografia; história urbana; conflitos sociais; copesquisa.

Abstract

Since the 19th century, a science has been constantly rationalizing urban landscapes and territories in accordance to economic demands. The urbanism was born, at this time, as a speech of truth which, in order to shape and standardize the space, had tried to sanitize it at any cost, removing the elements that were considered undesirables. Amongst these elements, the poorest inhabitants were evicted out of the central areas, divergent ways of thinking and occupying the space were silenced. Nevertheless, alternative forms of social urban life never cease to emerge between the lines of the master plan, filling the vacuum left in urban spaces after each evictions. As such, cities remain a place of permanent conflict and struggle around different visions of spatial occupation and relationship with the territory. There conflicts and contradictions, however, are overlooked in modern cartography, the official way of spatial representation, instead looking at how to render the space more homogenous, in line with the ideal of urbanism. Drawing on recent experiences of collective production of knowledge and the idea of co research, this articles discusses the possibility of a multi authored cartography, which could underline the political dimension of space, as well as the other urbanity, silenced and systematically rejected to the hidden corners of the map.

Keywords: Cartography; urban history; social conflicts; co-research.

28 de março de 1871. As ruas de Paris “cheiram a miséria” como dizia a canção. Mas, nos últimos dias, a miséria ganhou um cheiro de esperança. A determinação do povo expulsou o exército oficial da cidade, após ter recusado de entregar as armas diante do invasor Prussiano, cujas tropas cercam parte da cidade. As ruas são cobertas de barricadas, as paredes de cartazes espalhados pelos comitês de bairros. Gritos alegres ecoam: “Viva a Comuna!”. As cantinas populares abrem suas portas, nos bairros, para alimentar o povo esfomeado e sem recursos. A Delegação dos Artistas decide abrir os museus e jardins, gratuitamente, a toda população. Enquanto a maior parte da Paris popular não reconhece mais o Estado e o governo, que fugiu para Versalhes, o bairro se torna, aos poucos, a escala de organização de um mundo em construção, onde a política está nas mãos de todas e todos, em todo lugar e em toda hora.

Enquanto as bombas estouram às portas da cidade, diante da dupla ameaça do exército Prussiano e das Tropas fiéis ao governo, a vida ferve nos becos da velho Paris. Em vez de se organizar para ir marchar sob Versailles, os *communards* optam por organizar as defesas da cidade e parecem concentrar os esforços em retomar em suas mãos a organização dos bairros, a organização do tempo – outrora roubado por vidas sofridas de trabalho ininterrupto – reinventar suas vidas, coletivamente, aqui e agora. Durante algumas semanas, as parisienses e os parisienses inventam e articulam em uma das maiores capitais do mundo as linhas de um território novo, único, na história e na geografia. Cerca de um século depois, Guy Debord e os situacionistas dirão que a maior vitória da Comuna de Paris foi de ter sido uma Revolução que procurou transformar a vida sem reconstruir uma burocracia, sem reproduzir o Estado. À visão imperial de um poder autoritário e centralizador, estendido sobre amplo território geográfico – tal como sonhado pelo Segundo Império de Bonaparte e tantos outros – a Comuna opôs uma gestão popular, espalhada no território urbano, voltada para escala local e articulada em uma rede de comitês de bairros.

Quando a Comuna será massacrada, e que as transformações e o processo de emburguesamento de Paris serão retomados – perseguindo o projeto começado pelas obras do Hausmann durante o Segundo Império – Paris voltará a ser a grande cidade burguesa, ordeira e industrial sonhada pelo Imperador. A efervescência dos debates inflamados que ecoavam nas ruas deste grande laboratório social será substituída pelo barulho das botas sobre os “passeios ensenguantados”.

Apenas 26 anos depois, no início de outubro de 1897, do outro lado do

mundo, o exército brasileiro terá que realizar diversas ofensivas para conseguir, a duras penas, vencer a resistência do pequeno vilarejo de Canudos, comunidade composta de ex-escravos e camponeses sem terras que tinham se estabelecido, sob a inspiração do profeta milenarista Antonio Conselheiro, no meio do sertão bahiano. Canudos tinha se auto-declarado território livre da autoridade do Estado, funcionando de forma autônoma em termos de economia, segundo um princípio coletivista. A relativa proximidade histórica destes dois massacres, em dois locais diferentes do mundo, não é totalmente fortuita. Quando as barricadas da Comuna ou as vielas de Canudos são destruídas pelos canhões, não são somente episódios da história que se encerram, são territórios abertos sobre diversos outros mundos possíveis que são reduzidos em pó, é uma passarela voltada para o porvir que é transformada em ruínas. E é sob estas ruínas que vai se construir, não somente a cidade do século XX, na qual grande parte de nós nascemos, mas também uma certa concepção moderna do espaço e do território que vai condicionar nosso modo de habitar até os dias de hoje.

Com um estilo bem menos elegante, pois ser filósofo não é para qualquer um, gostaríamos de imaginar que estes parágrafos poderiam evocar as primeiras linhas de um livro que o Michel Foucault nunca escreveu. Com efeito, um dos objetivos de sua obra – como ele mesmo definiu em uma entrevista pouco conhecida que ele concedeu em 1971 – foi de tentar decifrar o processo do surgimento do Estado moderno, através de uma “arqueologia dos discursos e dos saberes” no ocidente. Neste sentido, uma das hipóteses na qual ele fundamenta o seu trabalho é que o ocidente, para construir o seu saber e o seu discurso sobre o *outro*, o que poderíamos chamar a sua escrita do mundo – tomou a palavra a partir de um silêncio imposto à força. Ou seja, a sua relação com a alteridade se construiu reduzindo o outro ao silêncio completo. Dentro de seu trabalho sobre a loucura, Foucault analisa a maneira pela qual o discurso sobre o louco, enquanto objeto científico – e o discurso psiquiátrico de modo geral – emergiu a partir do “grande encarceramento” dos desviantes, no século XVII. Da mesma forma, para produzir um discurso universal, inspirado do Iluminismo, sobre as outras culturas e populações que povoam o mundo – discurso que ia ser a origem da antropologia – o ocidente colonizou e escravizou esse outro nos quatro cantos do mundo. Ele o qualificou de bárbaro, lhe tirando o direito à fala e ao raciocínio para falar em seu nome (FOUCAULT, 1971, p. 11).

Nos parece que a ideia de cidade moderna nasce de um mesmo processo de silenciamento, pois ela se apoia em um discurso de verdade sobre o espaço que a torna irremediável. Na sua conquista dos grandes centros urbanos, tal ideia raramente se instala sem demolir o que está

no seu caminho. A destruição de tudo que não cabe dentro deste novo padrão que é a modernidade é um sacrifício necessário para a criação de um espaço renovado, segundo a própria definição do Hausmann que, ele mesmo, se via como um “artista-demolidor” (HAUSMANN, 1890, p. 10). Seguindo a mesma linha de reflexão aberta por Foucault, podemos considerar que, na segunda metade do XIX, o urbanismo nasce, enquanto um projeto e uma teoria do espaço, como discurso uníssono sobre este, que vai progressivamente se encarregar de reduzir ao silêncio e ao esquecimento toda e qualquer outra forma de ocupar e habitar o espaço, não somente no discurso, mas também na prática. As grandes Reformas Urbanas ocorridas neste período inauguram uma prática padrão, a partir de então recorrente, de aniquilamento e reformulação dos territórios indesejados, o que supõe a remoção das populações que neles habitam e a normatização do espaço – segundo as exigências da economia mercantil e o ideal estético da classe que se enriquece com esta, a burguesia.

No Paris desta época, após décadas de transformações urbanas e destruição de diversos bairros populares – temidos pelo poder por abrigarem as chamadas “classes perigosas” que espalharam barricadas pela cidade durante as revoltas de 1848 – a repressão da *Commune* e o massacre dos insurgentes em 1871 inauguram uma nova etapa de reapropriação da cidade pela burguesia. Junto com a utopia social e política, é uma forma popular de se viver e pensar o espaço urbano que é fuzilado pelo Partido da Ordem, na parede dos *fédérés* do Cemitério do Père Lachaise, no fim de maio deste mesmo ano.

Este fenômeno não é exclusivo de Paris, e se manifesta em diversos locais do mundo neste período. A partir da década de 1860, o projeto de Reforma urbana de Barcelona, segundo o plano do Cerdá, vai ter dentro de seus objetivos uma “higienização” e “moralização” da cidade velha, o que inclui a destruição de muitos bairros populares tradicionais que vai permitir um emburguesamento e uma entrada de capitais no centro da cidade. Algumas décadas depois, grandes cidades latino-americanas como Rio de Janeiro e Buenos Aires empreenderam Reformas similares. No caso do Rio, a virada do século será o primeiro capítulo de uma luta simbólica através da qual o poder municipal e as elites tentarão repetidas vezes, sem nunca encontrar um sucesso completo, expulsar as populações mais pobres e as favelas do centro da cidade – disputa espacial que vai se tornar a regra na maioria das grandes cidades brasileiras. O objetivo destas grandes Reformas sucessivas pode ser resumido pela expressão de um arquiteto francês modernista da época: preconizavam uma “taylorização do espaço urbano” (VONAU, 2014, p. 284).

Este processo de reformulação, racionalização e normatização do espaço se estende rapidamente para além dos muros da cidade, com a emergência do que o Henri Lefebvre chama de “sociedade urbana”, modelo de gestão do espaço que se estende pelo território todo e que define o que presenciamos quando nos deslocamos hoje fora dos centros urbanos (LEFEBVRE, 1970). Um shopping no meio do nada, na beira de uma estrada, uma Zona Industrial em meio a uma paisagem rural, uma linha elétrica de alta tensão ou uma barragem de dejetos de mineração em regiões isoladas, todos estes elementos já são rastros da “sociedade urbana”, um território dependendo de uma certa lógica de produção econômica conectada à cidade. Esta resulta de uma visão do território onde cada espaço é fragmentado em parcelas que passam a existir pelo seu valor de troca: espaço do lazer ou do turismo, espaço da produção de energia, espaço da fábrica, espaço do consumo, etc.

Mas isto constitui apenas uma forma de apreender e modelar o espaço, que se apresenta e se sonha como única e que procurou – e ainda procura – se impor historicamente sobre outras, dentro de um processo de disputa contínuo entre a racionalização econômica do território e a manifestação de diversas formas de vidas que, mesmo silenciadas, sempre voltam à superfície. Uma das fábulas que o urbanismo moderno tentou nos fazer acreditar é que a cidade, suas ruas, praças e avenidas, nasceriam, em primeiro lugar, dentro dos escritórios dos planejadores urbanos profissionais, enquanto que tudo que eles produzem é, na maior parte do tempo, uma cidade vazia, morta, uma carcaça que desperta para a vida somente no dia em que moradoras e moradores começam a se apropriar dela, a modelam, desconstruem sua triste funcionalidade pela criatividade cotidiana de seus gestos e seus passos, tal como nos conta o Michel De Certeau (DE CERTEAU, 1990).

Pois a rua, a esquina “nasce do gesto, simples, evidente, cotidiano”, dizia um escritor francês, existe por aqueles que lá vivem, seus passos tortos e conversas fiadas. A planta da cidade produzida pelo urbanista, o mapa no sentido clássico do termo, por definição, uniformiza esses gestos, os achata, querendo colocar a todas e todos de acordo sobre uma visão da cidade finalmente *neutra* do espaço, pretensamente objetiva, esvaziada de seus moradores, de suas palavras, do que justamente a torna viva. Temos inúmeros exemplos de centros históricos transformado em objetos turísticos, esvaziados dos seus moradores que, empurrados periferia fora pela especulação imobiliária, são substituídos por lojinhas gourmet e apartamentos alugados em Airbnb. Cada dia se vê menos diferenças notáveis entre os centros históricos mais turísticos – que seja o centro de Ouro Preto, o bairro de Alfama ou de Montmartre – que, uma vez esvaziados de sua identidade são revestidos da mesma autenticidade plástica fabricada sob medida pelos *Tours Operators*. A

visão homogeneizadora que coloca tudo no mesmo nível, primeiro na planta do urbanista, no mapa, acaba por ter um efeito real sobre os diferentes espaços. Assim, como diferenciar hoje as ruas centrais e comerciais de uma ou outra cidade média europeia, de uma ou outra capital mundial, após elas terem sido remodeladas segundo a mesma lógica, o mesmo desenho, com as mesmas lojas vendendo as mesmas roupas, os mesmos objetos e os mesmos alimentos?

Trata-se um pouco da escrita do mundo que se vende, hoje em dia, em todo lugar. Com o guia turístico em mãos, poderíamos contar uma cidade como se estivéssemos lendo uma receita de cozinha ou o roteiro de uma novela. Todas essas estórias acabam tendo o mesmo tom divertido e inofensivo na *timeline* do Facebook.

Mas aquelas e aqueles que gostam de percorrer a cidade e seus recantos fora dos caminhos traçados sabem como a intensidade política que existe dentro dos vínculos que ali se estabelecem, dentro dos conflitos que a atravessam e a transformam, é real, contagiante, portadora de realidades diversas, muitas vezes instigantes, mas também desconfortáveis, complexas. Da mesma forma que existem formas radicalmente diversas de percorrer o território – como por exemplo as que diferenciam o turista do viajante – de habitá-lo e, portanto, de se relacionar com ele, também pensamos que há formas radicalmente diferentes de descrever e representar o mesmo.

E isto supõe formas radicalmente diferentes de *cartografias*. Vale sempre lembrar que a cartografia moderna nasce como ferramenta de guerra – tal como a carta do Estado-Maior do General Bacer d’Albe, geógrafo e colaborador de Napoleão, um dos pais pouco conhecidos da cartografia estratégica, ou a primeira carta em escala 1/50 000, mais detalhada, desenvolvida durante a Primeira Guerra Mundial para um controle mais preciso do território.

No entanto, ao longo do século XX, surgiram alguns conceitos de cartografia experimental, que buscaram justamente quebrar o monopólio do Poder sobre uma representação – pretensamente objetiva e científica – do espaço, para criar uma cartografia do afeto, uma *cartografia subversiva*. Estes exploraram a representação do espaço que partiria de subjetividades ou levaria em conta a dimensão afetiva do sujeito. Podemos citar, entre outros, a psicogeografia dos situacionistas ou a ideia de geografias afetivas e libidinais do Deleuze, sendo que ambas queriam não somente libertar a cartografia da pretensão de descrever objetivamente o território, mas também assumir as potencialidades subjetivas e políticas de uma leitura sensível e profunda do espaço em que vivemos.

No entanto, o modo mais comum de representação do território continua seguindo o padrão que presidiu o nascimento da cartografia moderna. Uma representação do espaço que visa, portanto, achatá-lo, detalhá-lo, homogeneizá-lo para torná-lo claro, inteligível, em um simples piscar de olhos.

Imaginamos aqui, pelo contrário, uma cartografia que não teria por objetivo simplificar, homogeneizar, mas que buscaria ressaltar as singularidades e complexidades que habitam e, ao mesmo tempo, modelam o espaço – se inspirando diretamente da reflexão de Deleuze e Guattari que imaginavam “uma teoria das práticas de apropriação coletiva dos ambientes vividos que determinam o devir do social” (SIBERTIN-BLANC, 2010, § 2). Em vez de tentar, a qualquer custo, colocar tudo e qualquer elemento que compõe o espaço – um vilarejo, um shopping, um beco, uma usina nuclear, uma floresta, etc. – no mesmo nível, reconciliado, pensamos em uma cartografia seguindo uma lógica inversa, que buscaria tornar evidentes as formas múltiplas, diversas, por vezes incompatíveis, de ocupar o território e, portanto, as linhas de fraturas e de conflito que o percorrem, ou as que estão por vir.

Se a geopolítica já tentou estabelecer mapas que descrevem o espaço geográfico tendo em consideração diferenças e conflitos políticos, ela funciona exatamente segundo a mesma lógica da cartografia estratégica de guerra, isto é, a escala do Estado-Nação, se interessando por conflitos entre grandes blocos políticos ou entidades estatais.

Mas ainda existem poucas experiências que traduzem uma geopolítica da cidade, da escala local, do cotidiano, que poderiam testemunhar acerca de conflitos de outras naturezas, que se manifestem em outros níveis, e por vezes de forma discreta, quase invisível, refletindo inclusive a violência simbólica, diluída no curso do tempo. Com efeito, a cidade, desde as grandes Reformas do fim do século XIX, não foi somente modelada pela lógica de produção capitalista – como o pretende muitas vezes a leitura clássica marxista – ela é o fruto de um conflito perpétuo entre formas diversas de se relacionar com território.

Mas o que sabemos exatamente destas outras formas de apreender o espaço? Que sabemos das auto-reduções de aluguéis e assembleias de moradores na Itália dos anos 1960-70, das primeiras ocupações de terras urbanas e favelas nas grandes cidades brasileiras e latino-americanas, ou da auto-gestão urbana experimentada durante a Revolução Espanhola?

Pouco. De fato, a escrita da história social, e da história em geral, parece ter sido bastante silenciosa em relação à questão territorial. Isto porque a tradição marxista, desde o princípio, considerava o espaço, ou



ainda a cidade, como cenário do social, como objeto secundário, como nos lembra a Kristin Ross em seu trabalho (ROSS, 1988). O que de fato importava, para os historiadores marxistas, era as relações econômicas e o conflito de classes que surgem a partir destas relações. Lembremos das críticas de Engels (1984) a Proudhon, que ele considerava ingênuo por produzir uma crítica social a partir da questão da habitação. Por isto, a historiografia marxista sempre tendeu a focar no local de trabalho como único local que abrigaria uma possível transformação social radical. E, com isso, tendeu a se concentrar nos sujeitos que lá eram majoritários: homens, adultos, trabalhadores. Enquanto isso, as lutas enraizadas dentro dos bairros, a partir do local de moradia, tinham outros protagonistas que atuavam, historicamente marginalizados e silenciados: mulheres, crianças, desempregados – outrora chamados de vadios e mendigos...

Existiram na história recente diversas formas de resignificação do território, do espaço, a partir de outras relações sociais, que podem nós servir hoje para criar um outro referencial de relações sociais e espaciais, baseado não em utopias, mas em experiências concretas, recentes, muitas vezes vizinhas de nós, mas que insistimos em ignorar durante vários anos. Quantas vezes, ao criticar tal ou outro aspecto da sociedade na qual vivemos, já ouvimos alguém dizer: “mas afinal o que vocês queriam? O que vocês propõem de melhor?”. Esta simples pergunta, repetida milhares de vezes ao redor do mundo, em diversos contextos, em várias línguas, por pessoas tanto da direita como de esquerda, que não conseguem enxergar possibilidade social além do modelo social, econômico e político vigente, mostra o tamanho do trabalho de descompartimentação do imaginário a ser feito, em busca de outras referências, de outros caminhos já trilhados, porém desconhecidos, sempre mantidos na sombra, como apontado inclusive pelo antropólogo David Graeber (GRAEBER, 2011). Como nos lembra bem o geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves: “existe uma batalha pela descolonização do pensamento para a qual a recuperação do conceito de território possa talvez contribuir” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 161).

Hoje ainda, grande parte dos conflitos decisivos que nós vemos ao nosso redor parecem ser aqueles que implicam uma *territorialização* – uma apropriação e resignificação do espaço, do território, em nome de outras normas sociais, contraditórias àquelas hegemônicas. O que chamamos por vezes hoje de “lutas ambientais” implica muitas vezes em um embate entre formas distintas de ocupar o território, o espaço, e de se relacionar com ele. Por exemplo, quando indígenas e ribeirinhos, tal como atualmente no rio Tapajós, lutam contra um projeto de

hidrelétrica, e pela auto-demarkação do seus territórios ou quando as populações no interior da França ou da Itália se mobilizam e passam a ocupar permanentemente um território para impedir que uma floresta ou um vale sejam sacrificados para a construção de um aeroporto ou de uma linha de Trem-bala. Diante de tais fatos, a afirmação de Deleuze segundo a qual “o devir é geográfico” nunca pareceu tão atual (DELEUZE, PARNET, 1978, p. 48).

Para retratar a complexidade e a dimensão conflitiva inerente à ideia de geografia e território, nos parece ser necessário desconstruir a ideia de representação do espaço centrada em um só ator, em um só olhar. Como se fosse preciso encontrar algo no meio do caminho entre a representação totalizante e pretensamente neutra da cartografia do poder, sem, no entanto, se contentar com uma descrição ultra-subjetiva do espaço como proposto, por exemplo, pela já citada psicogeografia. Neste sentido, procuramos imaginar uma forma de escrita coletiva, capaz de quebrar as barreiras que existem entre os que – supostamente – *fazem* a cidade e os que devem se virar para sobreviver nela, entre “profissionais”, “pesquisadores” e *outros*: moradores, que foram em diversas ocasiões objetos de estudo passivos, mas não mudos, da sociologia urbana. Neste sentido, a ideia de copesquisa, cara ao movimento operaista italiano, opera uma mudança de paradigma fundamental para se pensar formas de construção coletivas e des-hierarquizadas do saber. Na linha direta da ideia de copesquisa, surgiram recentemente diversas experiências riquíssimas de escrita coletiva da história ou do espaço. O assunto mereceria, por si só, uma pesquisa extensa, mas escolhemos citar aqui apenas alguns exemplos que inspiraram as reflexões aqui expostas: na Argentina, o coletivo Los Iconoclastas experimentam um modo de cartografia experimental e coletivo do espaço, buscando fomentar a criação de mapas construídos coletivamente através de oficinas itinerantes e divulgação de saber cartográfico em “código aberto”. Segundo eles o processo de mapeamento coletivo “é um processo de criação que subverte o local da enunciação para desafiar os relatos dominantes sobre os territórios, a partir dos saberes e das experiências cotidianas dos participantes” (ARES, RISLER, 2013, p. 12). Podemos citar também o projeto Mapping the Commons que se estende entre diversos países e cidades – tais como Grécia, Espanha e Brasil – e que funciona como um laboratório urbano de pesquisa aberto e itinerante que procura realizar um mapeamento, em diversas cidades, em torno do conceito de *comum* – ou seja, os recursos compartilhados diariamente por todas e todos fora da lógica do mercado ou do Estado.

Em termo de escrita da história, vale citar a experiência do projeto Archives Getaway, que nasceu nos últimos anos em Montreuil,

na periferia de Paris, e que funciona como um chamado aberto permanentemente à coleta de fontes, arquivos e documentos sobre a história das lutas e dos movimentos políticos autônomos. Trata-se de um centro de arquivo atípico, de pesquisa coletiva, sempre aberto ao público, onde todas e todos podem ser simultaneamente arquivistas, historiadores ou simples leitores. Ao contrário do processo clássico pelo qual um historiador busca as suas fontes e realiza a pesquisa de forma individual, o projeto propõe que o processo seja aberto, colaborativo e coletivo desde o princípio.

Foi a partir da inspiração trazida por estas experiências, no cruzamento de suas propostas, que nasceu a ideia de um espaço aberto de discussão e troca que poderia esmiuçar um processo de escrita coletiva da história dos conflitos sociais que modelaram e modelam o espaço urbano que conhecemos hoje. Tivemos ocasião de experimentar uma primeira versão de tal ideia no seio da disciplina Conflitos Sociais Urbanos na Era Contemporânea (Europa Latina e América do Sul), que ofertamos no curso de Graduação em História da UFMG, no primeiro semestre de 2016, como estágio docente ao curso de Doutorado. A ideia da aula era justamente tentar propor uma introdução a esta discussão, mostrando – através de alguns exemplos escolhidos em diversas cidades – uma história dos conflitos sociais que eclodiram nas cidades desde as grandes Reformas Urbanas modernistas do século XIX. Durante um semestre, percorremos diversos tipos de conflitos e cidades: da Comuna de Paris à Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, da Barcelona revolucionária aos *pobladores* de Santiago do Chile, além de toda discussão teórica e historiográfica acerca do assunto.

A ideia era que essa viagem teórica e histórica e as discussões por ela fomentadas servissem de introdução a uma segunda parte do curso, que devia se tornar mais experimental ao nível de troca e produção coletiva do conhecimento. A proposta era que esta segunda parte fosse uma espécie de oficina de escrita coletiva da história dos conflitos sociais urbanos – históricos ou contemporâneos. Os alunos e alunas foram convidados a se organizar em grupos e escolher alguns tipos ou níveis de conflitos a partir dos quais deveriam realizar um levantamento de fontes de diversas naturezas – gravação de depoimentos em áudio ou vídeo, arquivos e fontes primárias, etc. Durante o último mês do semestre, cada grupo apresentou os primeiros resultados da pesquisa, levando o grupo a refletir não somente sobre os temas e conflitos estudados, mas também sobre o processo coletivo de pesquisa e escrita da história. Discutimos, nesta ocasião, tanto a emergência da polícia no contexto histórico urbano brasileiro, como a história da Avenida Cristiano Machado, em Belo Horizonte, e dos sucessivos episódios de conflitos e remoções que a pontuam; a dinâmica de mobilização

de recentes ocupações urbanas na periferia de grandes cidades; a violência sofridas pelas mulheres em situação de rua e as recentes experiências de lutas feministas para combater tal violência; bem como outros assuntos que, apesar de instigantes, não iremos detalhar de forma exaustiva.

A partir da riqueza desta experiência, surgiu a ideia de tornar perene este espaço de discussão e de escrita historiográfica. É assim que nasceu o projeto *Cartografia Noturna*, que deve tomar corpo – em um primeiro momento – na forma de uma revista virtual aberta que visa reunir reflexões e textos com o intuito de tentar traçar, de forma coletiva, algumas linhas da história dos conflitos sociais urbanos e desta dimensão política do espaço e do território com o objetivo de mapear esta outra urbanidade silenciada, sistematicamente rejeitada nos cantos de sombra do mapa [1].

[1] Para mais informações sobre o projeto consultar www.cartografianoturna.com ou escrever para contato@cartografianoturna.com.

REFERÊNCIAS

- ARES, Pablo; RISLER, Julia. **Manual de mapeo colectivo : Recursos cartograficos criticos para procesos territoriales de creacion colaborativa**, Buenos Aires: Tinta Limon, 2013.
- DE CERTEAU, Michel. **L'invention du quotidien, I: Arts de Faire**, Paris : Gallimard-Folio Essais, 1990.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Dialogues**. Paris : Flammarion, 1978, rééd. 1995.
- ENGELS, Friedrich. **Para a questão da habitação**. Lisboa: Avante, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Freedom and knowledge, Amsterdam: Fons Elders, Enrevista realizada em 1971**, Publicação: 2012.
- GRAEBER, David. **Fragmentos de uma antropologia anarquista**. Porto Alegre: Deriva, 2011.
- HAUSMANN, Georges Eugène. **Mémoires du baron Hausmann**, Paris: Victor Avard, 1890.
- LEFEBVRE, Henri. **La révolution urbaine**, Paris : Gallimard, 1970.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **“A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha”**. In: CECENÁ, Ana Esther. Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado, Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- ROSS, Kristin. **Rimbaud, la Commune de Paris et l'invention de l'histoire spatiale, Paris : Les prairies ordinaires, collection « Singulières modernités »**, Edição original : 1988, Edição francesa : 2013.
- SIBERTIN-BLANC, Guillaume. **“Cartographie et territoires La spatialité géographique comme analyseur des formes de subjectivité selon Gilles Deleuze”**. In : L'espace géographique, 3/2010 (Tome 39) , p. 225-238
- VONAU, Elsa. **La fabrique de l'urbanisme : Les cités-jardins, entre France et Allemagne, 1900-1924**. Lille : Presses Universitaires du Septentrion, 2014.

***Philippe Urvoy** é historiador franco-brasileiro. cursou sua graduação e mestrado na Universidade Paris I. Realiza atualmente seu doutorado em História Social da Cultura na Universidade Federal de Minas Gerais. Sua área de interesse é, predominantemente, a história dos conflitos e movimentos sociais urbanos desde o século XIX até os dias de hoje, principalmente no Brasil e na Europa latina.

Contato: ph.urvoy@gmail.com